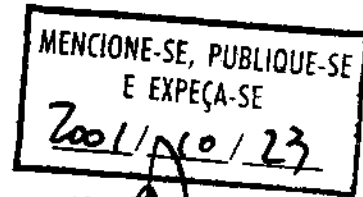




Bloco de Esquerda
Grupo Parlamentar

Requerimento N.º 191/VIII (3.ª) - AC



SEAP 4064 Hm
20. X. 19

ASSUNTO: Pensões de aposentação dos ex-funcionários e agentes das ex-colónias

Apresentado por: Francisco Louçã (Bloco de Esquerda)

Dirigido ao: Ministério das Finanças

Presidente da Caixa Geral de Aposentações

Data: 19-10-2001

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda recebeu em audiência um conjunto de ex-funcionários e agentes das ex-colónias que requereram as suas pensões de aposentação dentro dos prazos estipulados, ao abrigo do D.L. n.º 362/78, de 28/11 e de legislação complementar – o D.L. n.º 23/80, de 29/02, o D.L. n.º 118/81 o D.L. n.º 363/86 –, sendo que o último diploma mencionado permitia que a pensão de aposentação pudesse ser requerida "a todo o momento", mas foi revogado pelo DL n.º 210/90.

A Caixa Geral de Aposentações tem-se recusado a conceder as pensões de aposentação, sob o fundamento de que os requerentes não possuem a nacionalidade portuguesa, indeferindo vários pedidos de aposentação, tendo os interessados interposto recursos contenciosos desses despachos de indeferimento.

Todos viram a sua situação resolvida por acórdãos proferidos pelo Tribunal Central Administrativo, Supremo Tribunal Administrativo e Tribunal Constitucional que decidiram que é ilegal a exigência do requisito da nacionalidade portuguesa aos interessados, tendo sido, por conseguinte, anulados todos os despachos de indeferimento.

Daí que a Caixa Geral de aposentações passasse a evitar proferir despachos de indeferimento.

Assinatura do Presidente
Assinatura do 1.º Vice-Presidente
N.º de entrada 5774
Assinatura do 2.º Vice-Presidente

2001/10/23
f. 1000

Sobre o assunto pronunciou-se a Provedoria de Justiça em duas Recomendações, a nº 11/B/99, de 27/06/96 e a nº 6/B/98, de 22/07/98, dirigidas, respectivamente, ao Senhor Presidente do Conselho de Administração da Caixa Geral de Aposentações e a Sua Ex.^a o Secretário de Estado do Orçamento.

Ao signatário foram enviados pela Secretaria de Estado do Orçamento os Ofícios nº. 1375, de 23/07/98 e nº2389, de 30/06/99, em que foi informado pelo Senhor Chefe do Gabinete que sua Ex.^a o Secretário de Estado do Orçamento o havia incumbido de comunicar que aguardava o parecer solicitado ao Conselho Consultivo da Procuradoria Geral da República *para posterior despacho*.

Esse parecer, que foi favorável às teses perfilhadas pelos interessados, foi emitido desde Setembro de 1999.

Assim se verifica que, não obstante todas as decisões proferidas em casos absolutamente idênticos, as Recomendações da Provedoria de Justiça e o Parecer do Conselho Consultivo da Procuradoria Geral da República, persiste a Caixa Geral de Aposentações em exigir aos interessados a posse da nacionalidade portuguesa, que muito bem sabe que nunca poderão obter.

Assim ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais em vigor requeiro saber como e quando pensa V.Ex.^a resolver a situação dos ex-funcionários e agentes das ex- colónias ?

O Deputado do Bloco de Esquerda



Francisco Louçã